

## A Macroeconomia e o Desenvolvimento Regional

Nilson Pimentel (\*)

A crise que o Brasil vive nos segmentos político, econômico e institucional tem levado a sociedade a graves distorções, primeiramente de perda da credibilidade geral no ESTADO BRASILEIRO, para em seguida sofrer na própria pele seus efeitos, desemprego, inflação, juros elevados e, total desesperança no futuro.

Todas essas questões fazem parte dos mesmos problemas que afetam o cotidiano das pessoas, principalmente aquelas relacionadas à macroeconomia, sem necessariamente que elas entendam o que está acontecendo, verdadeiramente.

As questões econômicas que impactam a vida das pessoas e da própria sociedade sempre despertaram grande interesse em todos os estratos sociais, que as discutem sem preocupações dos preciosismos da Ciência da Economia, mas com o sentido do senso comum peculiar à visão da população.

Por isso, alguns leitores instigaram que pudesse discorrer sobre as questões macroeconômicas e o desenvolvimento econômico regional que raro é visível no estado do Amazonas.

Contudo, se esclarece que tratar do desenvolvimento econômico regional é analisar o que se passa com a macroeconomia de determinada região, no caso o Amazonas.

Os grandes agregados é que nos possibilita estudar e analisar em uma economia regional em termos macroeconômicos, como em projeto de desenvolvimento regional, está voltado a análise do que é produzido, (ou potenciais produtos), dos investimentos produtivos (os custos e a produção) ou equipamentos estruturantes, o consumo dos indivíduos e famílias, o preço dos bens ofertados e origens, assim como dos fatores de produção.

De forma geral, o analista do desenvolvimento econômico regional está preocupado com os grandes agregados como a renda gerada, como o consumo, como os investimentos e a capacidade da economia produzir excedentes, como as exportações e importações e seus comportamentos e as relações que guardam entre si.

Portanto, o estudo do desenvolvimento regional se prende ao comportamento dos agentes econômicos como o consumo das famílias, os potenciais produtores, o papel do governo e os excedentes dos fluxos econômicos gerados, assim como a produção de bens e serviços e a oferta de fatores de produção.

No Amazonas, se apresenta um imenso descompasso entre o que é gerado (produto) e o que se recolhe ao Governo central como a carga máxima de tributos da região Norte e não recebe a contrapartida necessária aos investimentos estruturantes em logística, infraestrutura e outras tão necessárias que se precisa.

Nesse tempo de crise, o mercado de trabalho nos estados do Norte e Nordeste tem sido o mais pressionado, o que se visualiza não apenas pelas taxas de desemprego relativamente mais altas, mas principalmente pelas taxas de subutilização da força de trabalho que são as mais elevadas do País.

Nessas regiões são encontrados também alguns dos níveis mais baixos do rendimento médio de todos os trabalhos, com imensa margem de informalidade.

É interessante mencionar que o Amazonas tenha apresentado dinâmicas de crescimento econômico dentre as mais favoráveis na última década, em grande parte em função da expansão do emprego e da renda e do consequente crescimento do mercado de consumo por bens produzidos no Polo Industrial de Manaus (PIM).

Entretanto, conforme as condições da economia nacional em queda continuada tende a piorar, gradativamente, a

situação de mercado para os produtos do PIM, notadamente para os produtos de duas rodas.

A variação da taxa de desemprego das macrorregiões brasileiras entre os trimestres de 2016 regiões no último ano, com destaque para as variações negativas em termos reais dessazonalizados de 3,9% no Nordeste e de 3,8% no Norte nesse período de 2016.

Como se disse antes, apesar dos esforços da classe empresarial do PIM, o Amazonas tem sofrido constantes perdas na batalha de reconhecimento que o modelo Zona Franca de Manaus é o principal contribuinte aos cofres da União, mesmos a despeito da inoperante classe política amazonense e regional da Amazônia Ocidental que poderia se aproveitar melhor esse modelo em benefício regional, uma vez que é o máximo transferidor de tributos ao governo federal.

Sabendo-se que os impostos na economia moderna cumpre importante função no aspecto federativo ao financiar e prover os bens públicos que o estado necessita à população, afinal, em tal arcabouço o Estado se limitaria a um conjunto específico de funções e as exerceria com maestria, provendo à população um bem público de qualidade, e a um custo acessível, em última instância.

Em todo sistema econômico nada acontece sem causa, isto é; não existe milagre em Economia, pois o desenvolvimento econômico regional não tem gênese própria, a não ser por indução com investimentos em programa ou projeto específico para isto, sendo que o Investimento é uma das variáveis macroeconômicas importantes de causação do processo de desenvolvimento regional.

Vale ressaltar que o Estado obtém recursos para realizar Investimentos voltados aos processos de desenvolvimento econômico regional por intermédio do fluxo tributário compulsório do sistema econômico e com esses recursos arrecadados, consegue financiar e prover bens públicos à população, de outro modo, por via de empréstimos de endividamento e/ou por atração de investimentos produtivos externos diretos (investimentos de risco).

Não cabe a vontade política do governante em realizar ou investir recursos públicos escassos em programas voluntariosos por se assim achar melhor, ou querer beneficiar algum ator social isolado ou reduto eleitoral significativo, ou ainda querer fazer valer sua vontade em se alterar as vantagens absolutas de determinado espaço territorial específico, nada se dará a contento para processos de desenvolvimento econômico regional.

Contudo, o funcionamento do sistema de preços e o comportamento dos agentes econômicos levam as economias de mercado de volta ao nível de pleno emprego (dos fatores de produção), e quando alguns distúrbios as colocam momentaneamente numa situação de desemprego (desequilíbrio), como no caso dessa atual crise.

Todavia, a intervenção do agente governo no processo econômico pode ser justificada por dois motivos básicos, que em primeiro lugar, as políticas monetária e fiscal se usadas apropriadamente, podem contribuir para diminuir a amplitude dos ciclos econômicos, fazendo com que a trajetória do produto real seja mais suave, consequentemente mais próxima daquela do produto potencial.

Em segundo lugar, se a economia for deixada à sua própria sorte, o processo de ajustamento dinâmico pode ser bastante lento, arcando com o custo social de se deixar a economia seguir seu próprio curso seria, então, bastante alto, em termos de recursos ociosos ou daqueles utilizados intensivamente.

Como se pode denotar a economia regional amazonense, estagnada como se encontra a longo tempo, precisará de significativos volumes de investimentos em programas e projetos integrados que explore racionalmente os fatores endógenos, sem os quais dificilmente se chegará ao desenvolvimento regional que tanto almeja a sociedade amazonense, principalmente a interiorana.

*(\*) Economista, Engenheiro e Administrador de empresas, com pós-graduação: MBA in Management (FGV), Engenharia Econômica (UFRJ), Planejamento Estratégico (FGV), Consultoria Industrial (UNICAMP), Mestre em Economia (FGV), Doutorando na UNINI-Mx, Consultor Empresarial e Professor Universitário: [nilsonpimentel@uol.com.br](mailto:nilsonpimentel@uol.com.br).*